



Assembleia Municipal

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2008**

Acta n.º 24

Ao vigésimo nono dia do mês de Abril do ano de dois mil e oito, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:30 horas, na sala de reuniões da Junta de Freguesia de Paderne, por convocatória de 16 de Abril de 2008, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob a Suspensão de mandato, por um período de 60 dias, do Membro da Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

PONTO SEGUNDO: Aprovação das actas das sessões de 18/09/2007, 22/10/2008 e 27/11/2008; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2006, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2006, incluindo a proposta de ampliação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2007/2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Isenção do pagamento das taxas urbanísticas referentes à edificação de iniciativa privada de parques de estacionamento no concelho de Albufeira nos termos da alínea e) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, da Declaração de Interesse Público Municipal de construção de Creche, Jardim-de-infância e ATL sito em Vale da Ursa -

Guia, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, nos termos do n.º 3 do art.6º da Lei n.º33/98, de 18 de Julho;

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso publico para a prestação de serviços de gestão de frotas baseada em tecnologias GPS e GSM/GPRS pelo período de quatro anos, nos termos do n.º 1 e do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado - Zona Poente, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.64º e da alínea q) do n.º 2 do art.53º, ambos da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaró, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, e os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, de Guia, José Cabrita, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro, e de Olhos d'Água, Berto Palma. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador, Fernando Anastácio. -----

FALTAS: Francelina da Luz Rodrigues Lourenço -----

SUBSTITUIÇÕES: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista Euridice Vieira. -----
Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Joaquim Rodrigues Martins - Peço já desculpa, sou um cidadão com grave deficiência auditiva, tenho tendência, para falar assim um bocadinho alto, peço que não levem a mal. Quero colocar apenas quatro questões. Quatro questões muito concretas, que são; vivemos numa época em que as vias de comunicação têm evoluído entre os cidadãos e a deslocação pelas vias terrestres muito rapidamente vem isto a propósito de que, na freguesia de Paderne não se fez nada, mas não estou a discutir aquilo que se fez eu

tenho que chamar, como cidadão consciente, tenho que chamar a atenção para aquilo que eu vou fazer. No Vale Pegas, há ainda cidadãos que se deslocam a passo de caracol. Vale Pegas tem muito mais habitações, as outras estão próximas do alcatrão tem há volta de quase trinta habitações que são servidas por um caminho de terra batida, e aquilo tem grande inclinação. A Junta de Freguesia ou a Câmara à miniatura e põem desperdício das pedras, mas a seguir vem uma chuvada e aquela brita vai embora, ficam barrancos temos que andam oas ziguezagues com as viaturas para não ir ter dentro dos barrancos. Eu penso que isto é uma situação que à bocado descrevi, diga lá, que fizeram casas, obra de raiz e ainda jovens que construíram uma nova no lugar de velha. Os jovens são o futuro do nosso povo, devemos tratá-los com dignidade, devemos criar condições para que eles tenham gosto de viver onde vivem, isto porque ainda são jovens, e por exemplo o caso de idosos, o caso de pessoas mais idosas, e quando adoecem, e os novos também adoecem, é preciso uma ambulância, tem sido preciso varias vezes, que eu tenho tido conhecimento disso, uma ambulância para percorrer um quilometro, mais ou menos um quilometro, naquele caminho de terra batida, quando tem barrancos feitos pela estrada, pela água da chuva, leva quase tanto tempo, a percorrer um quilómetro como leva a percorrer dez ou onze quilómetros de pista, desde que chega ao alcatrão até ao Centro de Saúde de Albufeira. Penso que há que, nao sei, haverá já algum projecto para resolver este problema, mas se não houver, penso que há que pensar nisto, criar condições para aqueles jovens, e para os idosos sentirem mais gosto de viver. Outra estrada, para se andar bem. Outra estrada que merece um reparo é a estrada que começa à extrema de Vale Pegas com a Charneca, e que percorre o percurso Charneca, Cerro do Roque e Cerro do Ouro, que vai desembocar junto ao Mini Mercado Coelho, no Cerro do Ouro, é uma estrada alcatroada mas está em muito mau estado para o fluxo de trânsito que tem. Esta estrada não serve só os moradores, por volta de mais de cinquenta habitações junto daquela estrada, serve duas casas de comércio, e tem uma indústria de panificação. Passam carros de distribuição de mercadorias, para essas casas, e mesmo outros, há outra função desta estrada. A zona do Cerro do Ouro é uma zona de muitos acidentes, toda a gente sabe disso, a descida do Cerro do Ouro é uma zona de muitos acidentes e nestas estradas há muita gente. Eu moro lá perto, ouço sempre carros da Charneca para o Vale Pegas, que fica tão perto da minha casa e vejo que muitos carros passam lá para evitar passar a descida do Cerro do Ouro. Ora, se a estrada levasse um tapete, ficasse com boas condições de trânsito, diminuía-se o trânsito na descida do Cerro do Ouro que é zona de muitos acidentes. Penso que há que pensar nisto, se há algum projecto ou não há, fazer alguma coisa. O segundo ponto é nesta dita estrada, foram colocados nos primeiros dias deste ano, postos para sustentação de cabos de electricidade, para puxar a electricidade da zona da Charneca, mas já há quatro meses e os candeeiros ainda não apareceram lá. Eu digo isto porque passam ali pessoas a pé, que vão trabalhar para Albufeira, vêm apanhar a camioneta da carreira, ao Mem Moniz, vêm de manhã e vão à tarde do trabalho. Nós temos que tratar bem as pessoas que usam transporte público, todos precisam de ser bem tratados, mas as pessoas que usam transporte público têm de ser bem tratados, deve-se criar condições para que sejam cada vez mais pessoas a usar o transporte público, porque temos de tratar o

nosso ambiente, se queremos continuar a ter a vida na terra. Ora isto, se é assim, este ponto está dito, passo à frente apanhando o ponto do ambiente e vamos ao ponto do saneamento. Eu parece-me confrangedor, que há tantos anos que o saneamento foi trazido aqui para Paderne e as zonas limitrofes de Paderne, Vale Pegas, Charneca, Cerro do Roque, parte do Cerro do Roque, parte de Mem Moniz, Matos, Alcaria, Ribeira de Alte, Lentiscais, não têm saneamento. Fizeram-se, eu dou apenas um exemplo para comprovar que é tão confrangedora esta situação: no Mem Moniz, frente ao Restaurante Veneza, há uma estrada que passa por trás da Faceal e que foi feito cem metros, mas quando fizeram o saneamento para lá, já lá estavam mais três habitações dali para a frente. Por uma diferença de quarente metros, ficaram três casas. Eu faço uma comparação muito rápida, a preguiça morreu a correr-lhe água para a boca com preguiça de abrir a água. E aqueles três habitantes estão a estender a mão ao saneamento e não conseguem lá chegar porque a Câmara teve preguiça de fazer mais quarenta metros de saneamento, esta é a situação. Outra comparação, aqui há dias fui ao Vale Pegas, aqui à drogaria do Sr. Francisco Bacalhau, fui buscar comida para os meus animais e passei, mas para cá, estavam a vazar uma fossa, ainda não me tinha calhado, já tenho visto, mas ainda não me tinha calhado, passar ao pé, passei uma fossa a dez metros da estrada de alcatrão, eu trazia o vidro do triciclo aberto, era quase hora do almoço, fui para casa para almoçar e tive dificuldade em almoçar, comia e empurrava a comida para baixo e com aquele cheiro que me ficou nas narinas, da limpeza da fossa, a comida estava a querer vir para cima. Uma estrada onde passam turistas. Somos a capital do turismo. Penso que se há-de fazer alguma coisa por esta matéria do saneamento, não se pode fazer tudo num dia, não se pode fazer tudo num mês, nem num ano, é muito, mas se todos os anos se recebe uma verba do orçamento da Câmara para fazer uma parte do saneamento, aqui pró ano faz-se noutra sítio, certamente que, com o continuar dos anos as pessoas têm saneamento, que agradecem aos responsáveis pela Câmara que é uma instituição pública. Quarto e último ponto, vou ficar na ponte do Purgatório. É de louvar a ponte pedonal, é benvinda, só peca por vir tão tarde, era já há mais anos, mas ela está lá, há que acabá-la, há que por a funcionar, está acabada, falta só os acessos, parece-me a mim, foi o que me disseram, há que fazer os acessos para as pessoas puderem lá passar que a ponte é muito estreita. Tem me calhado várias vezes, ainda aqui há dias calhou, passou um camião grua e eu tive que estar à espera do lado do Purgatório que o camião grua passa-se para eu depois arrancar. Uma camioneta da carreira, um camião de carga, não conseguem passar duas viaturas ao mesmo tempo, e tem tão boas condições, toda a gente vê isso, tem tão boas condições o alagamento. O alargamento cabe aos técnicos da Câmara estudar qual a melhor solução, mas como cidadão consciente avanço já uma opinião, é que não precisava sequer mexer naquela ponte velha, pode ser um monumento histórico. Não sei se é, se está considerado como um monumento histórico. Tem condições para fazer uma ponte ao lado daquela com uma única faixa. A minha visão é esta, fazer uma ponte ao lado daquela com uma única faixa, ao lado das bombas e aquela ponte velha serve o trânsito no sentido Purgatório/Paderne, e a ponte nova serve o trânsito no sentido Paderne/Purgatório, se é possível. Acho que é possível, os técnicos da Câmara é que vão decidir se isto está bem ou se está mal, se acham que está mal têm de encontrar

outra solução, mas que se faça o projecto e que se executem as obras, sob pena de continuarmos parados à entrada da ponte, à espera que os turistas nos chamem parvos. E isto pode acontecer um dia destes ao Sr. Presidente da Câmara, chegar ali e ficar parado e os turistas atrás dele. Desde já agradeço a atenção que me dispensaram. ----

Fernando Neves - Isto é para provar que há pessoas que mesmo com este problema querem contribuir. -----

Presidente da Câmara - Sr. Joaquim há aqui quatro questões que colocou, há aqui algumas que são repartidas entre a Câmara e a Junta de Freguesia e o Sr. Francisco, portanto sobre essas questões ele dirá os pontos que a Junta está a intervir e depois eu falarei sobre os outros, se não se importa. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - Fiquei um bocado agradado, porque o Joaquim é um rapaz que trabalhou comigo muitos anos, conhecemo-nos muito bem, quando disse que muito foi feito e ainda algo está por fazer, é verdade, isso aí qualquer pessoa não tem dúvidas nisso, não é verdade? Mas isto, as coisas não se fazem de um dia para o outro, não se estalam os dedos, enfim, há alguma dificuldade, e claro eu falo em nome da Junta, porque a Junta tem algumas dificuldades em termos monetários como é evidente, mas fiquei bastante satisfeito por ouvir aquela versão que ele deu, é o sinal que ele vê aquilo que se tem feito e que se vai fazendo ao longo dos anos. É evidente que com a participação da Câmara, tem feito a parte que compete, e às vezes talvez até muito mais do que aquilo que muitas vezes tem disponibilidade, mas de qualquer das maneiras eu acho que é gratificante ouvir isso. Sobre as vias que o Joaquim falou, penso que está-se a referir além, ao Vale Pegas, eu já tive oportunidade de dizer isto várias vezes, nós temos sete projectos na Direcção Regional de Agricultura, em Outubro, isto já há alguns anos. São sete projectos, e os projectos custam dinheiro, e estão lá na Direcção da Agricultura desde 2001 ou 2002 por aí assim, isto era um programa que era o Agris, o Agris faliu por falta de dinheiro e nós não fomos contemplados com nenhum na altura. Em Outubro deste ano, outro programa veio substituir o Agris e telefonaram-me e mandaram um ofício para a Câmara Municipal, para que eu desse dois caminhos, dois caminhos que iam ser contemplado com dois caminhos agrícolas, eu dei o caminho de Vale Pegas e dei o caminho que sai daqui do pé do campo de tiro, ou seja antes da Ponte da Via do Infante, até à Fonte. Foram dois caminhos que eu dei. Foram aqueles que me atribuíram, foram esses dois caminhos. Esses caminhos são pagos pela CCR, por esse programa por intermédio da CCR. O que está a acontecer neste momento, é que esse despacho está a aguardar do Sr. Ministro da Agricultura, isso é, sobre esses dois caminhos, o outro que ele falou, penso que é da Charneca, esse caminho era para ter sido feito há algum tempo, mas não foi, já expliquei isto aqui nas outras Assembleias e se os Paderenses têm muito interesse no caso, que é Paderne, em saber o que se passa também podem vir aqui às Assembleias, são afixados editais em vários sítios para que as pessoas não desconheçam os dias da Assembleia, até me satisfaz que as pessoas venham cá. Esse caminho vai avançar, uma parte, não temos dinheiro para mais. Uma parte vai avançar, nós já adjudicamos, vai avançar essa parte, a outra parte depois o sr. Presidente já fala nisso, portanto isso não está em esquecimento, só que essas coisas são assim. Eu também sei que andamos a colocar brita, em todos os

caminhos, é evidente que se gasta o dinheiro e não se resolve, mas é uma maneira de nós irmos resolvendo as situações, porque se nós tivéssemos dinheiro com fartura, era fácil, pois se me dessem metade do IMI, eu se calhar já me orientava, mas assim é um bocado complicado, portanto esses dois caminhos estão nessa situação. Um outro caminho que nós estamos pensando, e já pedi maquinismo à Câmara, é o caminho que liga o Cerro do Roque com os Canais, que liga a Tunes, portanto, são oitocentos e piques metros e cinquenta metros. Esse vamos tentar fazer por administração directa, eu próprio tenho colaborado nas máquinas e cilindros que sei fazer, para que possamos também ir resolvendo isto aos bochechos. Não é fácil. Como disse, a Junta tem 60.000 contos de orçamento, com o pessoal que temos e o maquinismo, as ambulâncias e as carrinhas, é um bocado complicado e só sabe quem está cá dentro e as pessoas me acompanha aí e inclusivamente nas assembleias têm toda a liberdade de perguntar e saber o que se vai passando. Estas situações estão assim. Eu quero dizer ao Joaquim que nunca se colocaram tantos postes de luz, tantos pontos de luz como nestes últimos anos, e está aqui o vereador que pode testemunhar isso, nunca se colocaram tantos pontos de luz, a não ser para aí em 1992, para aí assim, nestes últimos anos, nestes últimos três anos sensivelmente temos colocado pontos de luz em quase tudo o que é sítio, eu aceito que ainda falta muito ponto de luz com certeza, e eu ontem à noite tive oportunidade de mostrar uma capa que tenho ali, corri a freguesia com o Engenheiro Carlos Bastos, tive a oportunidade de andar com ele meio dia, com o número de pedidos que eu tinha feito, para ele ver e saber onde é que os pontos de luz seriam colocados, para avançar mais com esse núcleo de pontos de luz. Não está em esquecimento. A verdade é que não se consegue fazer tudo num dia, esta é que é a verdade, agora que faltam muitos pontos de luz, com certeza que faltam e não se esqueçam também que há anos a esta parte, nas freguesias do interior ou nas freguesias rurais colocavam só um ponto de luz e outro não e hoje praticamente é ponto sim, ponto sim, é isso que nós fazemos para melhorar mais a parte da iluminação pública, e isso tem sido feito, esse trabalho tem sido feito, está aqui o Sr. Vereador Carlos Quintino que sabe o número de pedidos que eu faço para lá, e eu ando de jogging de noite com uma funcionária para tomar as notas de noite é que as faço melhor e eu faço isso, é o que posso dizer, é uma questão só de aguardarmos para que seja resolvido esse problema. O saneamento básico, eu só vou me referir, o Joaquim estava a falar ali em frente do Manuel José Janeiro, do Restaurante Veneza, e fala em quarenta metros, esses quarenta metros não foram feitos porque não há cota, mas eu já tive oportunidade de dizer às pessoas que podem ligar com uma bomba automática que é aquilo que eu tenho em casa. O Centro Comunitário também tem, porque não tem cota. Se não tem cota temos de tirá-lo de qualquer maneira, portanto tem que ser com uma bomba para a linha directa, onde ela chega, podem resolver por aí a situação. Não foram feitos esses quarenta metros porque a cota não dava. A cota não dava, portanto não pode ser feito. Isto é o que posso dizer sobre esta questão, do resto do saneamento básico o Sr. Presidente pode falar, a parte que lhe compete e não é a mim. Da Ponte do Purgatório, pois é verdade, aquela passagem de peões já deveria ter sido feita há muitos anos e eu sei aos anos que tenho feito ofícios, ofícios, ofícios, inclusivamente para a Direcção de Estradas,

que era na altura, e para a Câmara Municipal. Felizmente que o Presidente teve o bom senso de avançar com aquela obra. Obrigado. -----

Presidente da Câmara - Para reforçar o Sr. Francisco, o Sr. Presidente da Junta, há aqui três ou quatro coisas que me parece importante dizer, primeiro é que nós temos para o ano de 2008, em termos de pavimentações, temos aqui o caminho municipal 1274 e o do Troço do caminho dos Barreiros; temos também do 1176 à estrada do Moínho Novo e temos a pavimentação do Caminho da Carraqueira e temos o caminho desde o Cerro do Ouro à Charneca, limite do concelho, portanto esse foi um dos caminhos que o Joaquim Rodrigues falou. Estes são aqueles que, em relação aquele o de Vale Pegas e do Vale de Loulé, uma vez que o Presidente da Junta tem os projectos de modo a fazê-los com verbas, digamos, comunitárias ou da CCDR, não faz sentido a Câmara estar a fazê-los, e há que aproveitar. E, por outro lado, estamos a trabalhar é na ligação, no processo da zona toda das Almeijoafras e até a apanhar a estrada que vem de Paderne, Boliqueime Tenoca, fazer essa ligação, estas são as pavimentações que estão previstas e identificadas. Sobre a questão da iluminação, é preciso referir que este levantamento é feito pela Junta, é passado à Câmara e depois é pedido à EDP para a colocação dos candeeiros, portanto tem todos estes procedimentos que não são às vezes tão fáceis assim. A questão do saneamento, é evidente que há sítios onde os problemas são cotas e outros em que, digamos, as poucas habitações, diria por uma determinada área, digamos que não tem sido prioritário, uma vez que se tem feito investimento onde haja maior número de habitações, como foi o caso das Almeijoafras. De qualquer das maneiras também queria, e tenho aqui estes dados, está previsto em termos de investimento em Paderne em 2008 e 2009 cerca dez milhões de euros em investimento global para a freguesia de Paderne. Estamos a falar de dez milhões de euros nas diversas áreas, nas diversas rúbricas do orçamento para Paderne. São verbas significativas para uma freguesia que houve alguns anos parece que Paderne não existia, e isso é que é preciso também identificar. Sobre a ponte do Purgatório, é evidente que era um sonho, uma vontade, que esta Câmara está a construir, só não está ainda pronto e realmente os acessos estão atrasados, mas tem sido problema com a empresa que ganhou a obra, a história do alargamento, ou a história da outra via, acho que é uma situação que obviamente pudemos ver, pudemos pensar embora enfim não seja projecto a executar mas penso que é uma boa é uma proposta para análise, que me parece perfeitamente enquadrável nessa valorização de Paderne, essencialmente era isto, Sr. Presidente. -----

Joaquim Rodrigues Martins - Eu fui trabalhador da Faceal durante 37 anos, não me honra o bairro da Faceal, tinha tentado convencer um amigo a vir aqui, mas é um problema, a Faceal foi à falência, reconhece à partida o bom trabalho que a Câmara fez em termos de fornecimento de energia, em termos fornecimento de água, reconhece-se sim senhor, foi atempado o fornecimento destes dois produtos essenciais às pessoas, mas há qualquer coisa que está a passar o tempo e está em falta, não sei o que é que a Câmara tem previsto, mas eu chamava a atenção, se já fizeram alguma coisa, está previsto ou não. É que a Faceal, vi no jornal ontem, que a Faceal vai ser vendida, o terreno e as habitações em leilão, penso que aquilo, os habitantes da Faceal, do bairro da Faceal, uma parte daqueles habitantes são de fracos rendimentos,

peças reformadas, pequenas reformas, há ali reformados que não chega a 300 euros, penso que havia que, a terra encontrar uma solução nesta matéria tal como encontrou para a energia, aquilo está à venda, penso que a Câmara, a minha ideia seria a Câmara comprar a parte do bairro, isso era minha visão, se não está bem põe-se doutra maneira, a Câmara comprava a parte do bairro, se é possível, e fazia dali um bairro de habitação social, tirava aquelas garagens, que estão lá que não tem visão e fazia umas garagens, se não é possível a Câmara comprar aquilo, penso que seria útil a Câmara pensar fazer um projecto para habitação social, não só para aquelas pessoas que lá estão a morar, que vai ser vendido, porque as pessoas se aquilo não for legalizado, o bairro é ilegal, se não for legalizado, se não for a situação normalizada, aquelas pessoas têm que sair, vão para onde? Pessoas de fracos rendimentos. Decidam a Câmara construir, construir habitação social, não só para aqueles, mas para outros que estão fora. Disse. -----

Presidente da Câmara - O Sr. Joaquim disse, e disse muito bem, a Câmara investiu ali, assim que tive conhecimento da situação complicada e dramática da Faceal, fui lá várias vezes, com o Sr. Presidente da Junta, e o facto é que fizemos uma intervenção de maneira a minorar os problemas daquela gente, gente aquela que vive ali há mais de 30 anos, alguns. Gente com salários complicados, muito baixos, e agora desde que aquilo encerrou, muita gente sem salários. Portanto a Câmara assumiu, embora em propriedade não sua, assumiu a ligação da água, a ligação da luz e portanto fez ali um investimento, em termos humanitários, a criar condições para que aquelas pessoas tivessem alguma qualidade de vida, as casas em si, uma por uma, não têm condições nenhuma. É um bairro que foi construído clandestinamente. É um bairro que não foi legalizado e é um bairro que no âmbito do Plano Director Municipal, aprovado, aliás publicado em 95, não foi considerado como zona habitacional, todo o bairro está inserido em zona de extração de inertes, e portanto nem isso foi feito. A partir do momento que esse processo me apareceu e das idas lá, verifiquei as péssimas condições de habitabilidade daquelas pessoas e depois fui confrontado a determinado momento com uma execução fiscal junto das Finanças, execução essa, que partiu à revelia de tudo e todos. Eu enviei um documento para as Finanças pondo em causa, a legitimidade das Finanças em exercer, digamos, a entender aquelas habitações de uma forma que é só para fazer dinheiro, aliás, tenho aqui o documento que foi enviado, foi inserido o meu pedido, o meu documento no âmbito das Finanças e meteram aqueles prédios à venda. Nós avisámos toda a gente, daqueles que tínhamos conhecimento, de que as casas não tinham licença de habitabilidade, houve a partir daí recuo de alguns dos compradores dessas habitações e digamos que, aí, conseguimos travar um pouco isso. Agora ontem, o que é que acontece? Sou confrontado com um anúncio, mas desta vez não é das Finanças, desta vez é do Tribunal, através de uma Comissão, de um Administrador da Insolvência de todo o processo e o que é que acontece? No anúncio estão exactamente quase todas as fracções que tinham sido também postas á venda pelas Finanças, ou seja, como não surtiu efeito através das Finanças, agora vêm todas aqui, mas diz aqui uma coisa que é assim: "os imóveis acima mencionados serão vendidos no conjunto". Num conjunto, são todas as fracções, dos vinte hectares de terreno e de todas as fracções e prédios urbanos existentes naquele universo, prédios esses,

essencialmente as casas onde as pessoas vivem que não têm qualquer licença de habitabilidade e face ao Plano Director Municipal não têm condições de ser legalizadas, e por outro lado, as áreas que as fracções têm, que são registadas, se põe o pé fora da porta, põe o pé no terreno do vizinho, portanto a fracção é exatamente confinante. Eu tive o cuidado de hoje fazer o contacto com o Administrador da Insolvência no sentido de na Segunda-Feira de manhã, ter uma reunião com ele, para explicar a situação complicada, dramática, desta situação. Isto é aquilo que eu tenho feito e aquilo que eu tenho acompanhado em termos da Faceal das várias vezes que me desloquei e portanto, de alguma forma puder ter em conta aquilo que são situações complicadas de alguns agregados familiares que lá estão, que trabalharam na Faceal, que vivem lá desde há 20, ou 30 ou 40 anos, e portanto há uns que apareceram lá, há pouco tempo e nunca foram empregados da Faceal, mas de qualquer das maneiras, aqueles que estão identificados, que o Presidente da Junta conhece muito bem, portanto, de uma preocupação, digamos humanitária, em relação a esta situação. Portanto, na Segunda-Feira, terei uma reunião com o Administrador da Insolvência, que virá a Albufeira falar comigo, e enfim, também vos posso dizer que a base de licitação do conjunto anda perto dos seis milhões de euros, mais de cinco milhões de euros. E portanto, eu Segunda-Feira vou falar com o Administrador e até pedia ao Sr. Presidente da Junta para estar presente logo às 9H00 da manhã, para tentar perceber e transmitir, de uma forma muito clara, que as construções que lá estão não têm hipóteses de legalização, não têm hipóteses por várias razões: porque não estão em termos do planeamento e em termos das áreas de cada uma das habitações, porque as áreas mínimas das habitações são exíguas e não têm condições nenhuma, aquilo tudo junto, a área de construção anda à volta de 40 metros quadrados por fracção. É evidente que isto é um processo que evoluiu ao longo de não sei quantos anos, quarenta anos, apanhou-nos agora neste processo, mas uma coisa lhes posso garantir à Assembleia e ao Sr. Joaquim, a partir do momento em que eu tive conhecimento real da situação, eu intervi de imediato, fiz tudo aquilo que, enquanto Presidente de Câmara, podia ter feito, desde trazer a luz, pôr lá água, porque aquelas pessoas estavam lá a viver sem água e sem luz, durante aqueles anos todos. Durante muito tempo a Câmara garantiu lá geradores, enquanto não se fazia as ligações à rede. A Câmara garantiu geradores, sempre, porque era altura de Inverno. Eu fui lá e estive lá dentro, acompanhei este processo todo. Neste momento o que é que temos? Temos o anúncio que saiu ontem no "Correio da Manhã", uma insolvência global em termos de uma proposta global, uma base de licitação de cerca de seis milhões de euros e, obviamente que, em termos de orçamento da Câmara Municipal, a minha primeira preocupação quando vi isto foi, a possibilidade de poder adquirir a parte correspondente às habitações. Foi logo a minha primeira preocupação, aliás, os meus serviços foram logo nesse sentido. Mas, neste momento tenho que falar com o Administrador e ver se encontro aqui alguma solução, alguma travagem, algum meio termo, alguma situação para poder, enfim, obviamente que o processo seguinte nós temos que continuar a olhar para as pessoas, não vou deixá-los viver como viveram durante trinta ou quarenta anos naquele espaço. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

Ricardo Clemente - Eu gostaria de colocar uma questão ao Sr. Presidente, que tem a ver com o seguinte: sobre uma obra que foi feita na Torre da Medronheira, julgo saber que era a antiga casa do Václav Klaus, soube. Chegou-me a informação de que, foram feitas medições, sem as devidas autorizações. Foi mexida, houve ali intervenção, sem que a Câmara tivesse conhecimento, ou sem que a Câmara tivesse actuado sobre essa situação. Sei, chegou-me informação também, que houve ali construções de caves. Estamos a falar de uma zona de arribas, que é a nossa mais valia. Digamos que é beleza natural que temos, que nos traz cá os turistas e pessoas que gostam da nossa terra. Temos que defender isso com tudo o que temos. De facto, fiquei um pouco surpreendido ao verificar que situações como estas acontecem. Gostava de saber do sr. Presidente, da boca dele, se de facto, corresponde à verdade. O que é que está a ser feito ou não está a ser feito. Era só esta questão que tinha para colocar. -----

Fernando Neves - Eu quero fazer uma pergunta em relação às obras que estão a decorrer, penso eu, nos Salgados, para a construção da ETAR. Como é que estão as obras? Se o processo está muito avançado? Se estão lá muitas máquinas? Se estão poucas? Como é que está a situação da ETAR nos Salgados? Em relação também ao saneamento, estive agora no dia 25 de Abril, Dia da Liberdade, nos Olhos de Água, e o mar levou aquela areia toda, lá da praia. E então, estavam lá uns estrangeiros com uns portugueses e a senhora dizia que aquele saneamento está ligado para o mar. Não é? Vem daqueles blocos que ela chamava de pirilampos, está tudo à vista. Mas eu não sei se é verdade ou não, que há uma ruptura desses pirilampos e está a escoar alguma coisa de saneamento para o mar. Era levantar essa questão e dar andamento. Se aquilo vai ficar assim, é muito mau. E era as escadas de acesso para lá, em madeira, está um bocado danificado do mar. Era só em relação a isso. -----

Pedro Ferro - Sr. Presidente, estive no Porto de Abrigo de Albufeira, e verifiquei que a via que dá acesso ao Porto de Pesca, através do cais sul, assim como a via que dá acesso ao próprio cais sul, do lado poente, se encontram encerradas, através de barreiras que estão lá colocadas. Eu penso que aquilo está num espaço público, mas se é de facto um espaço público ou não, além disso as tabuletas que lá estão são perceptíveis, dão a entender que há uma entidade privada a gerir os acessos a essas áreas. Eu quero saber se é um espaço público, ou não? E se é um espaço público, se a Câmara teve conhecimento destas obstruções de circulação num espaço público, nomeadamente o acesso ao Porto de Pesca do lado sul? Além desta questão, estive na última Assembleia, como ponto para discussão a alteração do caminho de acesso à Praia do Evaristo. Esse ponto foi retirado da Assembleia para pedir esclarecimentos, mas, verifica-se que o acesso público anteriormente existente, já está tapado, já está fechado, está todo ele com tapumes, e o acesso já está a fazer-se pela tal via que eles propunham. Eu queria saber se a Câmara Municipal tem conhecimento disto, se tomou alguma atitude e se a Mesa da Assembleia, se dizem que o ponto está em discussão na Assembleia, se pretende tomar alguma atitude. -----

Fernando Neves - Eu só queria dizer que, foi levantada aqui uma questão, que levantou a Assembleia referente a essa situação, e naturalmente que eu só agora tive conhecimento que esse processo estava mais avançado, e de facto, reparte-se àquilo que o Sr. Arquitecto disse, ele foi retirado do ponto da ordem do dia, até por sua

sugestão, e nós concordámos com isso, só não sabia que a coisa estava tão avançada. Aliás, neste concelho de Albufeira acontecem coisas muito miseráveis nesse aspecto. E, nessa altura, nessa sessão, não foi dito, pelo menos ninguém da Câmara disse que sabia se o caminho que lá estava tinha sido feito por alguém. É muito estranho, porque havia e há acessos públicos, dois ou três acessos pelo meio da propriedade e depois apareceu outro paralelo, que vai à Praia do Evaristo, que não existia. Há que apurar, não é? E ninguém sabe, quem é que construiu aquilo, é muito estranho. Vamos lá a ver como é que essa situação é, porque aquilo é público, são caminhos públicos e é preciso muita atenção para isso. Há muita gente a apropriar-se, muitas vezes, de coisas públicas em benefício próprio. -----

Pedro Ferro - Se houve ou não conhecimento, embora ainda não tenha confirmação, de que a Creche conhecida pela Creche dos Búzios, vai fechar para o ano que vem, uma das suas salas, destinada às crianças dos três anos. Habitualmente as crianças passam da Creche das Amendoinhas para a Creche dos Búzios quando atingem 3 anos. Se fecham essa sala, há uma série de crianças que não vão ser transferidas. Prevê-se. Só gostava de saber se está confirmado, e estando confirmado, se a Câmara Municipal dá uma solução a esta questão. É mais um aumento de crianças que vão para a fila à espera de creche. Repare-se que são famílias que já estão organizadas nas suas questões de trabalho e que não podem continuar. -----

Berto Palma (Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água) - É sobre umas escadas de acesso à praia de Olhos d'Água e é o seguinte. Havia uma escada em alvenaria que, com a tempestade que houve, foi levada pelo mar. Levou a areia e a escada, e foi colocada uma nova escada em madeira, há mais de quinze dias e ainda não está ligada da alvenaria à madeira. Portanto, gostaria de saber o porquê e quem é que vai fazer aquela intervenção. Era só. -----

Presidente da Assembleia - Eu estive aqui a pensar no que disse o Sr. Arquitecto Pedro Ferro, sobre essa questão lá do acesso público estar tapado. Tomei conhecimento agora e acho isso, em primeira análise, logo de uma gravidade enorme. Ora bem, os Membros da Assembleia também têm a faculdade de questionar o que é que eu iria fazer. Qualquer membro da Assembleia tem a faculdade de propor à Assembleia o que é que vai ser feito. Eu, desde já, vou fazer e será já a ser desencadeado amanhã, é pedir aos serviços da Câmara que vão verificar se isso foi feito, se de facto foi feito e vou provavelmente, face a essa informação, convocar uma Assembleia Extraordinária, com carácter de urgência, para muito breve trecho, para que a Assembleia delibere e apareçam as propostas. Com a informação toda técnica para deliberarmos sobre essa matéria, eu no meu ponto de vista, acho que é muito grave. Isso é um desrespeito completo às autoridades da terra, desrespeito do mais absoluto que há. Portanto, eu desde já, penso que não vou ser muito suave na parte que me competir, mas a Assembleia será soberana. A primeira fase, penso que é estarmos devidamente informados, para pudermos deliberar com absoluta, ou o máximo possível de conhecimentos. Portanto amanhã vou remeter ofício para a Câmara Municipal. Penso que não será necessário, o Sr. Presidente já está aqui, a pedir informação, com carácter de urgência. Quero isso rapidamente na minha mesa, porque se não vou eu próprio ver! Portanto, quero isso com carácter de urgência na minha secretária. Eu

detesto que façam este tipo de brincadeiras. Os senhores empresários merecem ser acarinhados, bem tratados, mas quando abusam, no meu ponto de vista, é muita dureza. Mas, como eu já disse, pretendo que a decisão seja da Assembleia, provavelmente esse ponto irá merecer uma Assembleia Extraordinária, com carácter de urgência, sob minha iniciativa. Era a parte que eu fui interpelado. Eu até agradeço que o tenha feito. Portanto, a minha posição é esta, penso o que seria de esperar. Em relação às outras questões, as interpelações não me são dirigidas, são ao Sr. Presidente da Câmara. Se quiser responder, faz favor. -----

Presidente da Câmara - Sobre a questão que o Ricardo colocou, eu já tive o cuidado de explicar isto na reunião de Câmara ao Sr. Vereador Fernando Anastácio, que fez o pedido exactamente nos mesmos termos que o Ricardo fez. Ainda hoje lhe disse que está a ser produzido um documento, para entregar como resposta, que serve exactamente da mesma forma e tem a ver com o seguinte; quando eu tive conhecimento dessa intervenção, eram dez para a uma de um determinado dia, que agora não fixei o dia e accionei todos os mecanismos, e a obra foi embargada nesse mesmo dia. Essa foi a explicação que eu dei. No fundo, foi accionada por mim. E depois, o auto de embargo foi dado pelo Dr. Rolo, porque o que estava a ser feito e aquilo que foi feito, obviamente, não foi com a autorização de ninguém, não foi com a contemplação nem com a aprovação. A Direcção Regional de Ambiente, porque há uma área de intervenção que pertence ao Domínio Público Marítimo, também estive lá. Fizeram também essa notificação. O processo da parte da Câmara não houve aprovação e vai ter obviamente a resposta dentro do quadro da legalidade, e acompanhado por aquilo que a CCDR, na parte que lhes diz respeito. Portanto esse é um ponto. Segundo: Sr. Fernando Neves, sobre a ETAR que está a ser construída nos Salgados. É lá mais nos Montes Juntos, é a ETAR Intermunicipal Albufeira, Silves e Lagoa, e está previsto que esteja a funcionar em Junho do ano que vem. E, a partir daí, é desactivada a ETAR de Pêra, que lança os dejectos para a Lagoa dos Salgados. Sobre o saneamento dos Olhos de Água: se houvesse alguma ruptura, as praias são sujeitas a análises e já teria vindo algum problema. Aquilo tem a haver com o desassoreamento, nesta fase, estamos em Março, Abril, Maio, o mar ainda tira, ainda há aqui, não está definitivamente o processo fechado. O facto é que, quando se perceber que não há areal, tem que ser uma intervenção combinada com a CCDR, no sentido de minimizar aquilo, sobre a escada. A escada não chega à praia, ainda hoje accionei os meios para avançar com a execução daquela escada. Agora é evidente que há aqui gente mais esperta que o Presidente da Câmara. Isto é o mesmo para a pergunta que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olhos de Água faz aqui na Assembleia. Portanto já há quinze dias que isto não funciona, já devia ter contactado o Vereador, ou o Presidente da Câmara, no sítio próprio, não era esperar por uma Assembleia Municipal, para vir colocar aqui uma questão quinze dias depois. Eu confesso, não sei se está ligado, se não está ligado, agora se calhar já podia estar ligada há mais tempo, e está ali o Vereador que pode explicar essa questão. Em relação ao Arq. Pedro Ferro, a questão do Porto de Abrigo e daquele acesso lá, o que acontece é assim: toda aquela zona é da responsabilidade do IPTM, a zona do Porto de Abrigo, do Porto de Pesca, e aquela zona está no âmbito da concessão do Estado à Marina de Albufeira. Portanto, aquela área ao lado do canal, há

áreas que são concessionadas no âmbito do contrato de concessão que o Estado assinou. O IPTM assinou com a Marina, no âmbito do Despacho do Ministro Mário Lino que é de 2006, 2007, 5 de Maio de 2007. Eu também tive conhecimento disso, hoje falei com o Eng. Poleja, o homem do Porto de Abrigo, pedi que ele mandasse o contrato da concessão com as plantas todas identificadas, para puder pôr os Serviços Jurídicos a verificar esse processo. Sobre a história que levantou aqui, da Creche dos Búzios fechar uma sala. Aquilo é uma IPSS, o qual nós em relação aos Búzios, não temos qualquer contrato, nem participação. Enquanto os Amendoinhas sim, é um espaço que foi cedido. Em relação ao Búzios, como sabem, a minha filha tem 32 anos, andou lá a partir dos seis meses. É uma IPSS que a Câmara não tem sido parte desse processo, mas posso tentar ver o que é que se passa. A história da Praia do Evaristo, pois eu fiquei surpreendido com esta informação, não tenho ido para lá e não me chegou essa informação, mas obviamente que não há nenhuma aprovação, até porque aquele projecto tinha sido condicionado à aprovação em Assembleia Municipal, da utilização do espaço público. Essencialmente, eram estas as questões. -----

Presidente da Assembleia - O Sr. Presidente tinha respondido que o vereador Carlos Quintino podia explicar. -----

Presidente da Câmara - Sobre a ligação da madeira. -----

Presidente da Assembleia - Estava a solicitar que ele intervenha. -----

Presidente da Câmara - Sr. Vereador, se faz favor, já agora importa-se. -----

Vereador Carlos Quintino - Só um pequeno esclarecimento, que tem a ver com o seguinte, eu tive a informação uma semana antes da Páscoa, eventualmente as escadas estariam partidas pelo mar. Fui ao local e verifiquei que estavam partidas e imediatamente dei indicação para que se arranjasse uma solução para que as escadas estivessem perfeitamente acessíveis na Páscoa. O que aconteceu. A Câmara, durante uma semana, conseguiu efectivamente reconstruir as escadas, elas estiveram ligadas às existentes que eram em betão armado e em alvenaria nas laterais. Acontece que, eu estou agora a ter conhecimento, pelo Presidente da Junta, que elas não estão ligadas. Mas o certo é que elas estiveram ligadas, a obra esteve concluída. Reitero aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse, já me podia ter dado essa informação. Se foi fácil reconstruir as escadas numa semana, no sentido em que elas estivessem funcionais na Páscoa, com certeza por algum deslizamento de terras, seria muito mais fácil ligá-las agora àquilo que era a parte existente. Obrigado. -----

Ricardo Silva - Só queria fazer aqui um pequeno alerta, que é o seguinte, e tem a ver com estes dois casos que foram aqui apresentados, quer do caso da Torre da Medronheira, quer do caso da zona da estrada que foi feita igualmente. Entre o início da obra e o seu termo, vai um período, e muitas vezes são períodos de alguns meses. E pergunto se, de facto, há mais atenção da parte da Câmara relativamente a estas obras que não são legais, não estão autorizadas para o efeito. Isso, de facto, deixa-me preocupado, ou seja, andam um pouco desatentos relativamente a isso. E o alerta que eu quero deixar é que, porque se calhar existem mais, não sei, mas é para tomar atenção a essas situações que acontecem, porque não podem acontecer. De facto, falamos entre períodos grandes de obra, alguns deles, e espanta-me a mim, quando as pessoas só tomam conhecimento quando elas vêm a público. Julgo que a Câmara tem

técnicos vocacionados, capazes, que andam todos os dias na rua a verificarem várias situações e não estou em crer que, de facto, que essa informação não chegue à Câmara. Daí alguma dificuldade em perceber tudo isto e, nesse sentido, faço o alerta ao executivo camarário para que tenham uma maior atenção, para que tenham uma maior atenção a essas questões, que são questões fundamentais, são questões de democracia. -----

Presidente da Assembleia - Quer responder? -----

Presidente da Câmara - Não, não é para responder. Registo a informação do Ricardo, mas não é para responder, é apenas para dar uma informação à Digníssima Assembleia, acho que é importante. Nesta semana, houve algum clima de insegurança no concelho de Albufeira, com uma série de assaltos, pelo menos um ou dois dias complicados. Eu na Quinta-Feira à tarde, preparei um documento que enviei ao Sr. Ministro da Administração Interna, mostrando o meu descontentamento em relação àquilo que tinham sido as duas reuniões que já tive com o Sr. Ministro, mas do qual em termos práticos e em termos do reforço efectivo em Albufeira não funcionava. Portanto, enviei-lhe este ofício, um pouco duro, mas que apenas demonstra o meu desagrado e a minha manifestação de discordância, com a não atitude, ou não posição do Ministério em relação a Albufeira, em relação ao número de efectivos, em relação à segurança, e tanto mais na sequência de duas noites complicadas, onde foram mais de vinte e tal assaltos. Enviei este ofício por fax, quinta-feira, eram sete e um quarto da tarde, o Sr. Ministro ligou-me vinte minutos depois para falar comigo sobre isto, e o que me disse foi exactamente isto: *"Sr. Presidente, apreciei, a forma como o Sr. manifestou o seu descontentamento, apreciei a forma como o Sr. manifesta as questões junto do Ministério de minha pessoa e o que lhe posso garantir e que transmita, é que num contexto dos efectivos que vão sair em Maio, da formação da GNR, que eu terei em conta a especificidade de Albufeira e que a partir daí, haverá um olhar diferente."* Isto foi por telefone, eram dez para as oito da noite, oito horas de Quinta-feira, ontem de manhã fiz um outro ofício dizendo, *"então Sr. Ministro, já que está disponível para isso manda-me por escrito aquilo que me disse ao telefone"*. Portanto, não tenho nenhuma razão para pôr em causa aquilo que o Sr. Ministro me disse, mas de qualquer das maneiras, o que quero aqui transmitir à Assembleia é que da minha parte, tendo em conta aqueles procedimentos, todas aquelas situações complicadas, a minha intervenção foi no sentido de alertar o Sr. Ministro, que respondesse e que me disse aquilo, ao qual eu pedi para por escrito, dizer que há intenção do Ministério para reforçar Albufeira em Maio, com efectivos. Era também para que a Assembleia soubesse desta minha intervenção, no âmbito daquilo que são preocupações, não tendo nós a possibilidade de pôr lá os Guardas, o Policiamento, mas de qualquer das maneiras que fique registado esta intervenção e a resposta que foi dada no momento certo, um quarto de hora depois de lhe ter enviado o fax. Que isto fique registado. -----

Fernando Neves - Esperemos que aquilo o que Presidente acaba de falar corresponda à verdade e que o Ministro cumpra aquilo que disse. É de lamentar, ainda ontem eu vi na televisão, uma Comissária da PSP a afirmar: *"é normal um corpo de polícia fazer limpezas"*. Esperemos que, de facto, se tomem medidas. Esperemos que seja verdade e

que o policiamento seja reforçado. Porque é muito grave, vinte assaltos numa noite em Albufeira, não haja dúvida. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - É só para agradecer ter-se lembrado de marcar a Assembleia em Paderne, acho que é sempre gratificante, mudarmos de ares. Portanto, o meu agradecimento. E agradecer a todos que se deslocaram a Paderne. Venham sempre, mesmo sem Assembleia. Obrigado. -----

Presidente da Assembleia - Sr. Presidente, isso merece uma resposta. Eu e a Assembleia temos a agradecer-lhe a forma como o Sr. Presidente nos recebe aqui na sua freguesia, sempre bem e, penso que é nosso dever virmos cá todos. Penso que é mais que consensual, toda a Assembleia gostar de vir a Paderne. E o Sr. recebe-nos sempre bem. Obrigado. -----

Presidente da Câmara - Eu sei que é um pouco fora do protocolo, mas no dia em que a Câmara Municipal deliberou a adjudicação da Ribeira de Paderne, no valor de seiscentos e oitenta mil euros, uma intervenção em termos de limpeza, em termos de margens, em termos de circuito pedonal, em termos de açudes. Penso que também é uma boa notícia para Paderne e estamos a falar de questões ambientais. Foi hoje adjudicado definitivamente esta obra. -----

Presidente da Assembleia - Isso é uma boa notícia, sem dúvida. -----
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

De seguida o Presidente da Assembleia, dá início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob a Suspensão de mandato, por um período de 60 dias, do Membro da Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Zero (00) -----

Votos a favor: Vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO SEGUNDO

Aprovação das actas das sessões de 18/09/2007, 22/10/2007 e 27/11/2007. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: Acta de 18/09/2007 -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Três (03) Sílvia Rosa, Eugénia Baptista e Euridice Vieira. -----

Votos a favor: Vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Pedro Ferro, Ana Pífaros, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: Acta de 22/10/2007 -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Duas (02) Sílvia Rosa, Eugénia Baptista. -----

Votos a favor: Vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Pedro Ferro, Ana Pífaros, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: Acta de 27/11/2007 -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Três (03) - Rui Bernardo, Ana Pífaros e Euridice Vieira. -----

Votos a favor: Vinte e três (23) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro -----

Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Pedro Ferro - Sr.Presidente, eu habituei-me nestas informações escritas do Sr. Presidente da Câmara, a vir sempre uma pequena nota do ponto da situação das questões do ordenamento, nomeadamente a situação dos planos em execução. De há

uns tempos para cá deixei de ver essa nota. Eu ia-me informando da maneira do processo do ordenamento. -----

Presidente da Câmara - Esses documentos são compilados pelo Director do Departamento, em função das áreas da sua intervenção e quando verifico o documento, se não existe indicação ao contrário, parto do pressuposto que todos os elementos que existem são para vir na informação. Não há razão, mas amanhã falo com o arquitecto Melo, só para perceber porquê que no processo não veio essa informação. A informação é dada pelos chefes de Divisão e Directores de Departamento. São compiladas, obviamente, em todas as áreas, em função do momento da informação. Vou ter em conta isso, obviamente. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2007, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. - Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Uma (01) Fernando Neves. -----

Votos a favor: Vinte e cinco (25) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2007, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia apresenta o ponto e põe à consideração da Assembleia. -----

Ricardo Silva - Sobre este ponto, eu tenho a dizer o seguinte: quanto a planos orçamentais e a constante mutação entre o orçamentado e o executado, é verdade que existem margens de erro aceitáveis e correctas, mas infelizmente, quando falamos de um saldo de cerca de 25 milhões de euros, cerca de 25% da receita a transitar do ano de 2007, não pudemos ficar satisfeitos, naturalmente. E quando no passado, vocês, o Partido Social Democrata, se insurgiam quanto a transições de saldos, por sua vez, muito menos satisfeitos ficamos. Das duas uma, ou reduz-se a carga fiscal ou

investem. E em matéria de investimento, há a fazer obra social, parques de estacionamento, creches, escolas, espaços verdes, etc, ou então julgamos que possa existir outra possibilidade, que é a criação de um fundo tendo em vista relações autarcas. Ou seja, aproveitar o saldo do ano anterior para se fazer alguma coisa durante o ano eleitoral. O PS tem vindo a alertar o executivo social democrata para o excessivo peso das despesas correntes, 75%, quando comparadas com as despesas de capital cerca de 25%. O volume da despesa entre o orçamentado e o executado, representa uma diferença de cerca de 70%, o que demonstra uma verdadeira falta de capacidade estratégica. É fundamental existir uma definição certa sobre onde investir e como gastar o dinheiro. Os excessivos desvios orçamentais, a diferença entre o orçamentado e o executado, a elevada receita feita em 25% da actual, não é aplicável, das despesas correntes face ao capital leva-nos a crer que não existe uma definição concreta sobre a estratégia para o Município. Com tudo isto não nos resta se não votar contra a conta gerência do Município. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, no que diz respeito ao valor transitado da conta gerência, acaba por ser preocupante. Talvez não seja esta transição dos valores correspondentes quase a um terço do que ela simbolizava, mas mais preocupante é, aquilo que nós temos vindo a dizer ao longo de várias Assembleias, de que a carga fiscal do Município é elevada e que os Municípios, efectivamente, contribuem para o orçamento da Câmara Municipal. Tendo em consideração, de ano para ano se aumenta os valores transitados. Efectivamente, há nesta conta de gerência, valores que não são executáveis, a pergunta continua a ser a mesma: "porque razão manteve-se esta carga fiscal, carga fiscal que se agregava à carga fiscal nacional, é realmente pesada, e não se fazer aqui, redimensionar, eventualmente, esses valores, para que caso não sejam executados, efectivamente, para que não seja a população a fazer este esforço, que acaba por ser inglóri. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Sete (08) - Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Neves. -----

Abstenções: Três (03) - Francisco Guerreiro, Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Votos a favor: Quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífaró, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEXTO e PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2007/2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia apresenta os pontos, para serem discutidos em conjunto, e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação, separadamente. -----

VOTAÇÃO: 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2007/2010 -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Neves. -----

Votos a favor: Dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2007 -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Neves. -----

Votos a favor: Dezoito (18) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Isenção do pagamento das taxas urbanísticas referentes à edificação de iniciativa privada de parques de estacionamento no concelho de Albufeira nos termos da alínea e) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Paulo Freitas - Partindo do princípio que este é um assunto que merece consenso na Assembleia Municipal, cumpre-nos, no entanto, fazer um reparo a esta proposta que vem da Câmara Municipal. Esta proposta no seu número dois propõe que a Câmara Municipal, isente a entidade responsável pela construção do parque de estacionamento das referenciadas taxas, acontece que o dono da obra é a Sociedade Polis. A Sociedade Polis está por natureza isenta das taxas urbanísticas, pelo que estarmos aqui a votar este ponto parece-nos uma redundância relativamente a este ponto,

portanto a bancada do Partido Social Democrata propõe que fosse aproveitada a proposta da Câmara Municipal em todos os considerandos, e que o número dois da proposta fosse retirado e fosse a proposta votada nomeadamente à questão do ponto primeiro. Seria assim esta a deliberação da Assembleia Municipal e determinássemos isentar de pagamento de taxas urbanísticas a execução de iniciativa privada, no Concelho de Albufeira, a edificação de parques de estacionamento desde que casuísticamente, sejam considerados de interesse municipal, nos termos dos preceitos legais. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, talvez eu tenha entendido mal o Sr. Deputado Paulo Freitas. Já agora gostaria de um esclarecimento, se assim for não haverá necessidade de fazer esta alteração à referida proposta, é que a Sociedade Polis é, de facto, a detentora do imóvel, mas que vai construir, a Sociedade Polis de abrir o concurso, quem vai construir é uma determinada entidade que ganha o concurso, entidade essa que vai ela sim fazer o pagamento das taxas e portanto, penso que se reconheça a possibilidade de, efectivamente, ela estar isenta como todas entidades que efectivamente procedam à construção dos parques de estacionamento. Se assim for, não vejo necessidade de, efectivamente, se retirar e se alterar a proposta. -----

Fernando Cabrita - Era neste sentido também a minha intervenção. Já agora, correndo o risco de certa maneira estar a retorquir a argumentação do meu colega de bancada, mas a questão que se põe é a seguinte. Não faria sentido nenhum, com certeza que esta proposta não se dirige ao Polis, nem se dirige ao dono da obra, não é o dono da obra que vai fazer directamente a construção, senão não teria sentido fazer-se esta isenção aqui. A questão é esta, é criar condições para que hajam mais pessoas a concorrer, e portanto, se sintam motivadas por beneficiarem desta isenção. Acho que é esta a ideia, circunstancialismos devem levar a que efectivamente se produza aqui uma isenção. -----

Paulo Freitas - Obviamente que isto tem a ver com uma questão de titularidade da obra, a obra não é de quem exerce o custo ou ganha o concurso, independentemente da entidade que a vai construir, o dono da obra e em nome quem é emitido o respectivo alvará e a quem são liquidadas as respectivas taxas é a Sociedades Polis. Esta é uma situação idêntica à questão do parque já existente, esta deliberação está vocacionada tão só para o parque P1, que é o parque do INATEL. A titularidade do alvará do licenciamento de construção, é da Sociedade Polis e está, obviamente, isenta das taxas urbanísticas, ainda que quem custeie a obra seja a entidade que terá ganho o concurso, são duas realidades diferentes. Portanto estamos aqui a deliberar em a isenção de Taxas a favor da Sociedade Polis, estamos a deliberar isentar uma situação que já está isenta por natureza. A nossa deliberação é totalmente inócua e sem eficácia pratica, por uma razão muito especial. O nosso interesse é aproveitarmos esta deliberação para outras realidades, que não só a questão do P1, como, ao fim ao cabo, uma carta de princípios do Município e como um chamariz de entidades que estejam interessadas em construir parques de estacionamento no concelho de Albufeira, tão só! Pretende-se votar esta proposta tal como nos é proposta pela Câmara Municipal e aproveitarmos para retirar daqui e torna-la mais atractiva a outras entidades que tenham porventura interesse em investir em parques de estacionamento em Albufeira, acho que é muito

mais benéfico para o Município, do que estar a deliberar sobre este ponto dois, numa visão redutora, é uma questão que se quer de consenso e não criar divisões relativamente a este ponto. -----

Francisco Oliveira - Presidente, não me parece que assim seja. O Sr. Deputado voltou outra vez à carga, de facto o número um faz referência à necessidade de isenção para iniciativa privada no concelho de Albufeira na nova edificação de parques de estacionamento. Sabemos que este parque de estacionamento, o terreno, efectivamente, quem está a construir são entidades que são privadas e que ganharam um determinado concurso. Portanto, não vejo porquê esta discriminação negativa relativamente ao Polis em si, e ao Parque P1. Não vejo! Ou é para que todos efectivamente construam no âmbito da iniciativa privada ou então para quê fazer esta discriminação relativamente ao parque P1. Acho que sim, a proposta como está, estaria correcta, eventualmente isto poderá até, não sei, estarei a exagerar, poderá por em causa a construção do próprio parque P1, tendo em consideração que as licenças não são propriamente baratas. -----

Pedro Ferro - Penso que a questão que está aqui, não se está a achar que se possa apresentar um projecto, o que se passa aqui é uma concessão, se é uma concessão é o concessionário que ganhou a concessão e que vai ter que vir à Câmara apresentar os projectos à Câmara, não a Sociedade Polis, quem tem que requerer à Câmara é o concessionário que ganhou a obra. -----

Presidente da Assembleia - Eu acho que estamos todos com razão, os membros que eu ouvi, penso que estão todos com razão, mas de facto há permissas que são dadas por adquiridas e que não constam aqui da proposta, se calhar não seria mau e uma vez que já temos já aí matéria para uma assembleia extraordinária muito em breve, retirar isto e pedir à Câmara que complete ou que melhore a sua proposta, no sentido de ficar mais com os pontinhos todos cá no lugar, realmente pelo que aqui vejo, embora eu adivinhe razões de parte a parte, tal como está configurado isto, temos aqui como a Sociedade Polis a quem foi cedido o terreno e de facto parece que seria a entidade com legitimidade no meio disto tudo, no entanto não se refere aqui que foi feito um concurso público, que foi adjudicado ou deixou de ser adjudicado, não vejo cá isso, nós estamos a deliberar sobre adjudicação, ou sobre conhecimentos que no caso não disponho, pelo que de facto no sentido de retirar isto e a Câmara ponha aqui aquilo que mais ou menos pensamos que é o que terá acontecido, mas é bom que possamos tomar uma decisão não inócua e que ela venha devidamente articulada com toda a matéria, para pudermos decidir melhor. Eu, de facto, não me tinha apercebido disso, tomei conhecimento agora. Deixo isso à consideração. Mais considerações. -----

Fernando Neves - A CDU aceita a proposta do Senhor. -----

Presidente da Assembleia - Parece que está toda a gente de acordo, que isto é uma medida de fomento à construção de parques de estacionamento em Albufeira. Pareceu-me, não estou aqui a adivinhar a vontade das pessoas, mas pareceu-me das intervenções que ouvi. Depois, há aqui a questão de estarmos a tomar deliberações inóculas. Não me parece bem estarmos a fazer isso. Então, antes deliberarmos, que venha melhor instruída. Não quer dizer que esteja mal, mas parte-se do princípio que nós temos

conhecimento de coisas que, de facto, não estão aqui nos considerandos. É o que me apraz dizer. -----

Fernando Cabrita - Há razões de parte a parte, mas eu estou mais convicto das minhas próprias e dos meus colegas de bancada. E que, de facto, não deixo de concordar com a posição prudente, que realmente revela, de recolher esta proposta e que ela venha um pouco melhor redigida, pelo menos, menos equivocada, para saber realmente qual é o espírito que está por trás. -----

Presidente da Assembleia - É nesse sentido. É portanto consensual que isto seja retirado. Vamos ter uma Assembleia extraordinária, e que venha já para esse ponto. - Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: RETIRAR DO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Zero (00) -----

Votos a favor: Vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, da Declaração de Interesse Público Municipal de construção de Creche, Jardim-de-infância e ATL sito em Vale da Ursa - Guia, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. -----

Isto, são as tais propostas que nos vêm aqui também. O nosso papel aqui é considerar, se se considerar e emitir uma declaração, e face aos relatórios sociais há, efectivamente, falta deste tipo de equipamentos no concelho. Nós dizemos sim senhor, isto poderá ter interesse público ou tem interesse público, evidentemente que a nossa declaração não tem efeitos positivos ou executórios, será meramente um guia eventualmente para as entidades competentes tomar decisões nesta matéria, tanto quanto sei, daquilo que nós aqui já proferimos, ainda nada veio pelo menos a ser positivo, tanto quanto sei, mas não impede que as pessoas possam seguir esse mecanismo. Passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, na senda do seu discurso, de facto, parece que nós temos vindo a emitir algumas declarações de interesse municipal e parece-me que neste caso concreto, estamos mais uma vez, perante estas situações, que apesar da aprovação por parte da Assembleia Municipal, isto não concede o direito por si só, da pessoa poder construir. Com mais um pequeno pormenor, é que não só estamos a dar a possibilidade para que as pessoas venham recorrer da possibilidade efectiva de

requerer estas declarações de interesse público municipal, como tendo entrado em vigor a nova legislação sobre o PDM, efectivamente, não concede as ponderosas, nem a construção dispersa. Isto vai esbarrar numa situação que a Câmara aprova, a Assembleia aprova e que depois em termos dos documentos de ordenamento não vai permitir avançar nesse sentido. Ora seria mais provável, o Partido Socialista vai votar a favor, não tem nada contra esta situação, mas seria de acautelar outras declarações de interesse municipal que podem criar expectativas nos interessados e que mais tarde, face ao documento do ordenamento, vem esbarrar com a impossibilidade de puder construir. Como o Sr. Presidente referiu, parece que nenhuma até conseguiu vencer, penso que aquela que está ainda em posição de avançar é a famosa fábrica de bolos, que foi a primeira que nos apareceu aqui. Entretanto, eu não tenho nada contra os bolos. Quanto a essa questão, penso que não haverá dificuldades. Gostaria de alertar no sentido de não se abrir a excepção, nem se abrir a possibilidade, nem a expectativa jurídica de que os interessados e particulares possam utilizar este meio que irá esbarrar, com certeza absoluta, com os documentos e com a legislação em vigor. -----

Presidente da Assembleia - Eu, pessoalmente, partilho com aquilo que o Dr. disse.-----

Fernando Cabrita - Há aqui uma pequena relevância que é o seguinte. Efectivamente, há tenções de interesse público e há outras tenções de interesse político e há graduações, penso eu, as coisas que se deveria dizer, que simplesmente a questão se punha nisto, ou era de interesse público ou não era de interesse público. Mas há coisas que são ostensivamente de interesse público e outras que não são. Com muito respeito pela fábrica de bolos, da qual eu votei a favor, até ficaria mal como munícipe da freguesia da Guia, não querer, efectivamente, reatar uma tradição que acho louvável, até pelo turismo, e também sou guloso. Como dizia ali o meu colega Francisco Oliveira, a Assembleia também, nesta primeira fase, não me parece que esteja a violar qualquer principio se considerar isto de interesse público municipal, porque, efectivamente, sendo nós o órgão político, também temos que sentir quando devemos ou não, de certeza maneira, manifestar as necessidades do concelho. E aqui, de facto, quando se trata de uma pretensão desta natureza, que é uma creche com alguma dimensão, e parece que não proliferam assim tantas as creches, nem elas são suficientes para as necessidades do concelho, não me repugna nada votar aqui o interesse público, porque me parece que até poderá ser, não digo, ser suficiente, para amanhã vir com o condicionalismo legislativo que agora existe, isto seja, um gesto de suficiente, para automaticamente fazer aprovar isto, mas pelo menos será uma medida de pressão para que amanhã haja realmente. Nós não queremos criar a fama de votarmos aqui qualquer coisa que achamos que estamos a favorecer um determinado interesse e considerá-lo de interesse público mas, achamos que, como órgão político temos o dever também de saber distinguir o trigo do joio e, aquelas manifestações e iniciativas que nos parecem de apoiar, não teremos pejo em dizer que são de interesse público e além disso, pode ter algum peso, até quem sabe na modificação da lei. Era isso que eu queria dizer. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Um (01) - Fernando Neves. -----

Abstenções: Zero (00) -----

Votos a favor: Vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma. -----

Ausências: uma (01) Pedro Ferro -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, nos termos do n.º 3 do art.6º da Lei n.º33/98, de 18 de Julho; -----

Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Zero (00) -----

Votos a favor: Vinte e cinco (25) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Ausências: uma (01) Paulo Freitas -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso publico para a prestação de serviços de gestão de frotas baseada em tecnologias GPS e GSM/GPRS pelo período de quatro anos, nos termos do n.º 1 e do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Não seria uma intervenção, mas sim um esclarecimento. De facto, estive a apreciar o documento e não consigo perceber qual é a base de licitação, qual é o valor? -----

Presidente da Assembleia - Penso que é por um período de 5 anos, não, de 4 anos e é de 200.000 Euros, está ao virar da página. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Zero (00) -----

Votos a favor: Vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel

Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado - Zona Poente, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.64º e da alínea q) do n.º 2 do art.53º, ambos da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro. -----

Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - No âmbito daquilo que têm sido as posições do Partido Socialista, não só seria de opinião que aqui se tomasse uma posição, no sentido em que este traçado tivesse, efectivamente, uma componente mais turística e a verdade é que ele não tem acesso à Av. 25 de Abril. Não tendo acesso à Av. 25 de Abril, que são as zonas do centro da cidade mais turísticas, parece que se tira mais uma vez a componente turística ao referido comboio, portanto a proposta do Partido Socialista seria relevar, mas colocar que o traçado fosse alterado no sentido de descer às zonas turísticas da cidade. -----

Fernando Neves - Só vou fazer uma observação. Como é que o comboio vai à Av. 25 de Abril? -----

Francisco Oliveira - À Av. da Liberdade! -----

Carlos Gabriel - Eu gostava de ver a proposta como uma proposta que fosse exequível. Eu quando olho aqui para a planta, não vejo a solução, se me derem uma solução para a zona, estamos abertos. -----

Presidente da Assembleia - Sr. Francisco Oliveira tem alguma proposta a apresentar de alteração do traçado? -----

Não havendo proposta a apresentar, nem mais intervenções por parte dos Membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Zero (00) -----

Votos a favor: Vinte e cinco (25) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Ausências: uma (01) Paulo Freitas -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:35 horas, de que foi lavrada a acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 30 de Abril de 2008 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

